

Sarney diz que dificuldades não o intimidam

Presidente garante que continuará cumprindo o seu dever e volta a insistir no pacto social

Quem é contra as diretas já

Renato Archer

Teresina — "O problema das eleições diretas já no Brasil é uma coisa impositiva neste instante, em que a tarefa básica de 20 anos, a Constituinte, é misturada agora com a campanha eleitoral para Presidente da República", disse ontem em Teresina o ministro Renato Archer. Para ele, a Assembleia Nacional, deve decidir soberanamente, qual é o período de mandato dos presidentes da República.

O ministro Archer defendeu que o presidente José Sarney tenha o mesmo mandato de todos os outros futuros presidentes da República. "Ele não pode ter menos mandato do que os outros".

C.N.B.B.

Porto Alegre — O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, defendeu ontem que este não é o momento de dar prevalência à discussão do mandato do presidente Sarney nem das diretas já, ao alertar que a grande prioridade do País deve ser as melhorias das péssimas condições de vida em que, segundo ele, se encontra a maior parte da população brasileira.

O bispo disse que, em relação à duração do mandato presidencial, tem a mesma posição de dom Paulo Evaristo Arns, que prega cinco anos.

Malina (PCB)

Rio — Por entender que uma campanha pelas diretas no momento poderá esvaziar o processo constituinte, o PCB não dará apoio ao movimento segundo avaliação exposta ontem, no Rio de Janeiro, pelo principal dirigente nacional do partido (o secretário-geral, Giocondo Dias, se recupera de uma operação no cérebro). Salomão Malina.

— Eleição para quê? Em que regime? — indagou o dirigente comunista, para em seguida acentuar que o partido defende as diretas "por princípio", mas identifica numa eventual articulação hoje em torno desta palavra de ordem um fator de instabilidade política diante da crise econômica e da conjuntura difícil que o País atravessa.

O PCB sequer tem opinião formada sobre a duração do mandato do presidente Sarney.

Gilberto Gil

Natal — "A determinação da data das próximas eleições presidenciais deve ceder à Constituinte, que deverá se pronunciar a respeito do assunto, assim como a forma de governo que terá o País". A opinião é do cantor e compositor Gilberto Gil.

Gil, que é presidente da Fundação Gregório de Matos, de Salvador, disse que via a questão das diretas com os olhos das contradições naturais e da dinâmica da política. Segundo ele, a política se modifica no instante seguinte, e as diretas que eram um pleito muito popular há dois anos atrás, foram esvaziadas por todo um processo de transição que acabou sendo legitimado através das postulações de Tancredo Neves e José Sarney.

Carlos De Carli

"A fixação do mandato do presidente José Sarney em função dos bons ou maus resultados da política econômica é apenas uma fórmula irresponsável de conduzir um assunto da maior seriedade para a política brasileira. Por outro lado, a indefinição em torno desta matéria está dificultando as negociações com nossos credores estrangeiros, prejudicando, dessa forma, a elaboração de um verdadeiro pacto social e atrapalhando, sobremaneira, o desenvolvimento do País e a consolidação da democracia".

Esta opinião foi manifestada ontem, no Congresso Nacional, pelo senador Carlos de Carli (PMDB-AM), ao defender "a imediata" definição do tempo de duração do mandato do próximo Presidente da República e que, conforme enfatizou, deve ser adotado para o presidente Sarney.

Jereissati

Fortaleza — O governador Tasso Jereissati afirmou ontem que o presidente José Sarney precisa de todo apoio da classe política do País para atravessar, com êxito, a crise econômica. Jereissati fez um apelo no sentido de que "as notícias sejam verdadeiras, para que não haja mais boatos, que só visam a desestabilizar o País".

"Não pedi para ser Presidente. Também não vou pedir para não ser Presidente, por causa das dificuldades", disse ontem o presidente José Sarney, no programa "Conversa ao pé-darado", que vai ao ar todas as sextas-feiras, referindo-se às dificuldades de natureza econômica e política que o País vem atravessando.

"Se coube a mim governar o Brasil num momento de tempestade, tenho de enfrentá-la serenamente, sem recriminações, sem queixas, sem desânimo e sem abatimentos", continua o Presidente. Lembrou ainda que "injustiças, ataques, incompreensões sempre provaram os que se dedicaram ao interesse público. Eu não tenho ambição de poder nem de mando mas, serenamente, tenho o senso grave do cumprimento do poder" afirmou Sarney.

FACTO

Ao retornar do Rio de Janeiro, onde participou das comemorações do Dia da Vitória, Sarney disse, na Base Aérea de Brasília, que o Governo é a maior "vítima" da inflação, por que sobre ele recaem todas as responsabilidades. Voltou a pregar a necessidade da realização de um pacto social para superar os problemas do País. Ele entendeu que enquanto os brasileiros estiverem divididos, as dificuldades não serão vencidas.

Sobre os boatos de sua queda, Sarney disse que tudo é decorrente dos graves problemas que o País está atravessando, de natureza

política e econômica. As "turbulências", ressaltou o Presidente, sempre ocorrem nesses momentos, e ninguém pode identificá-las, porque não sabe de onde vêm. Ele arrematou: Na realidade, o que sabemos é que o Brasil é maior do que todas essas turbulências e que vai superar todos esses problemas".

No seu programa semanal "Conversa ao pé-darado", Sarney afirmou que não tinha pedido para ser presidente, e por isso também não ia pedir para sair. Um repórter quis saber o que ele queria dizer. Sarney explicou: "De certo modo é dizer que as dificuldades, de maneira nenhuma fazem com que o Presidente deixe de cumprir o seu dever. Quer dizer, serenamente, sem nenhuma queixa ou recriminação, que vou continuar cumprindo com o meu dever. Não serão os problemas que irão intimidar o Presidente ou esmorecer o Presidente a não continuar com a luta para que o nosso País possa ser e seja o grande país que todos os brasileiros desejam".

Indagado como pretende enfrentar os problemas gerados pela inflação, o Presidente argumentou que o Governo é a maior vítima, e por isso sempre pregou o pacto político como caminho correto para vencer as dificuldades. O acordo é importante, porque "enquanto nós ficarmos tentando nos dividir sem olhar mais o Brasil do que os problemas articulados de cada segmento, nós teremos dificuldades a vencer. Mas eu acredito que nós vamos vencer. Estou aqui justamente para dar o maior do

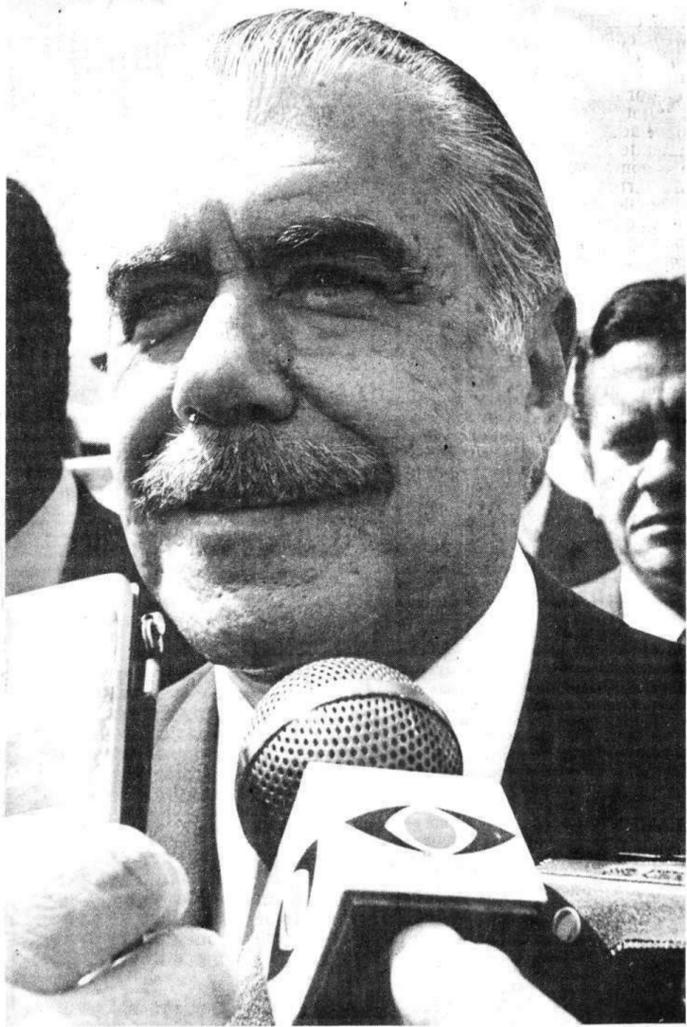
meu esforço e tudo o que eu puder de boa vontade de trabalho para que a gente possa encontrar uma solução dessa natureza", afirmou o Presidente.

— Eu acho que todo pacto é muito difícil — reconheceu o Presidente —, porque um acordo político e social lida com uma série de interesses muito grande dentro da sociedade. Sarney lembrou que, apesar das dificuldades, alguns países, como a Espanha, conseguiram realizar o pacto, sem muitas turbulências, e tem certeza que o Brasil também vai conseguir realizar a sua transição política, apesar de todas as adversidades.

Sarney também lembrou que nos últimos dois anos o País conseguiu passar pelos problemas e desabafou que a liberdade voltou ao País de forma "extraordinária", assim como voltou a ser uma grande democracia. Mas insistiu na necessidade de um entendimento entre a sociedade para superar as dificuldades. O Presidente invocou o testemunho dos jornalistas, para a sua pregação, observando que deu a coordenação política para o deputado Ulysses Guimarães, mas "naquele momento não andamos nesse projeto". E acrescentou que agora "estamos avançando, mas se estivermos unidos num pacto avançaremos muito mais".

Após a entrevista, Sarney seguiu de helicóptero para o seu sítio de São José do Pericumã, onde vai passar o fim de semana. Segundo sua assessoria, ele não terá nenhum encontro com políticos, pois pretende descansar.

JULIO ALCANTARA



Sarney garantiu que não se intimida com os problemas econômicos ou políticos

Análises da Ordem do Dia

Golpe ou alerta?

"E uma ameaça clara de golpe militar" — Aldo Arantes (PC do B/GO); "So acontecerá se as forças políticas se omitirem" — Fernando Santana (PCB/BA); "Ninguém está preparando golpe" — Del Bosco Amaral (PMDB/SP); "Exaltemos, com patriotismo, o pensamento das Forças Armadas. E mais do que isso — imitemos-lhes o exemplo!" — Jorge Arbage (PDS/PA).

Da extrema esquerda à extrema direita, foram essas, ontem, as reações à Ordem do Dia dos ministros militares alusiva ao Dia da Vitória, na sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte. A exceção de Jorge Arbage, todos falaram pela liderança de seus respectivos partidos. Pelo PDS, o gaúcho Oswaldo Bender disse ter certeza de que as Forças Armadas não estão interessadas em tomar o poder: "Elas apenas acreditam que vão manter a ordem".

Boato e pânico

A repercussão começou com o discurso do deputado Jorge Arbage (PDS/PA), que, até então na presidência dos trabalhos, passou a função ao senador Mauro Benevides (PMDB/CE), vice-presidente da Constituinte, para pedir a transcrição, na íntegra, da nota militar nos anais da Assembleia Nacional, "seja pelo conteúdo da própria essência histórica que insere, como igualmente pelo espírito de amor e lealdade a continuidade de um Brasil livre e democrático, que as Forças Armadas não abdicam em defender e preservar".

O constituinte pedesta se limitou a elogiar a Ordem do Dia, mas os oradores que o sucederam na tribuna foram unânimes em estender os comentários também aos boatos, que segundo Amaury Muller (PDT/RS) levaram a Nação à perplexidade e ao pânico e "devem ter sua razão de ser".

PMDB comedido

"São boatos fabricados nos porões da Nova República", apontou Beth Azize (PSB/AM), indicando, por sua vez, na direção do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que teria levantado a hipótese de congelamento de preços para um futuro próximo. "Isso poderia acontecer por três motivos: incompetência, má-fé ou ingenuidade", emendou Fernando Santana (PCB/BA), sobre o comportamento do ministro, preferindo a terceira hipótese.

Coincidência ou não, o dia seguinte aos boatos e à publicação da Ordem do Dia mostrou um PMDB enquadrado na defesa do Governo. Mesmo a linha xilta do partido, através do deputado Maurílio Ferreira Lima, foi mais comedido que de hábito. Ele também criticou a onda de rumores e duvidou de que tivessem acontecido de forma espontânea. Preferiu indagar a quem interessaria desmoralizar o presidente da República.

SEM DEFINIÇÃO

Mário Covas afirmou que o PMDB não se acha em condições de responder à indagação do presidente José Sarney sobre qual deve ser a duração de seu mandato. De sua parte, não daria uma palavra dessa responsabilidade sem ouvir a bancada. Covas disse que é preciso esperar um pouco para que o partido fixe posição a respeito.

A voz do dono

São Paulo — Após presidir, ontem no QG do Ibirapuera, a cerimônia do 42º aniversário da vitória aliada na 2ª Guerra Mundial, o comandante do Sudeste, general Ivan Dentice Linares, condenou, com veemência, a série de boatos que assola o País, tratou com humor a pergunta da imprensa se o clima atual estivesse propenso a golpe.

Não quis falar sobre temas políticos, mas elogiou a Ordem do Dia conjunta dos três ministros militares.

"Ela demonstra coesão e identidade de pensamentos e ideais, com a qual me sinto confortado".

Maciel não crê em novo regime já

"Não acredito que o regime parlamentarista seja adotado no Brasil antes do término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte", disse ontem o ex-ministro do Gabinete Civil, senador Marco Maciel (PFL-PE), ao deixar o gabinete do ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, a quem foi fazer uma visita de cortesia no final da tarde de ontem.

O senador particularmente, não acha que o sistema parlamentarista seja a melhor forma de governo para o Brasil mas admite que seu partido, o PFL, continuará a discussão sobre o tema.

Richa sugere debates antes da convenção

O senador José Richa (PMDB-PR) desaconselhou a realização da convenção nacional do PMDB, proposta na reunião da bancada do partido na Câmara na última quarta-feira. Para Richa, é necessário primeiro, que os políticos encontrem alternativas para a questão do mandato presidencial e se posicionem, através de reuniões constantes e permanentes entre os deputados e senadores do partido, para, depois, levarem esta posição à convenção.

Richa acha que qualquer definição sobre o atual mandato, que no seu entendimento "é coisa transitória", poderia balizar negativamente a decisão permanente. Para o senador, é preciso definir primeiro o sistema de governo se presidencial ou parlamentar, e a duração dos futuros mandatos presidenciais.

Richa declarou que "o parlamentarismo é uma boa ideia, mas a maioria dos parlamentares acha necessária uma série de pré-condições para que o parlamentarismo funcione a bom termo.

Aureliano tenta segurar PFL

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, advertiu parlamentares do PFL de que não podem romper com o Governo neste momento porque "a situação é muito mais difícil do que pensam". Para Aureliano, se o PFL fizesse isso estaria agindo como os ratos que são os primeiros a abandonar o navio.

Aureliano não conseguiu evitar, porém, que o PFL caracterize seu descontentamento com a política econômica, considerada da responsabilidade do PMDB. O PFL vai, inclusive, contestar essa política e assegurar total apoio ao presidente da República para corrigir-la no interesse do País.

MANDATO

Em reunião no seu apartamento, realizada na quinta-feira à noite, o ministro Aureliano Chaves foi informado da decisão do PFL de que o mandato do presidente José Sarney seja igual ao que foi estabelecido para os futuros presidentes pela Constituinte. Aureliano deverá levar ao presidente essa comunicação, oficialmente, amanhã, faltando acertar o local e a hora com o presidente do PMDB, deputado Ulysses

Guimarães. Nesse encontro com o presidente, o ministro das Minas e Energia poderá, se quiser, informá-lo de que a bancada do PFL no Senado está, em sua maioria, favorável à mudança de regime. O mandato do presidente Sarney poderia ser estabelecido, havendo a alteração, em cinco anos para que fizesse a adaptação do novo regime.

O modelo parlamentarista será o estabelecido pelo senador Afonso Arinos (RJ) no projeto da Comissão dos Notáveis, muito parecido com o sistema francês. Arinos empolgou os companheiros ao dizer que na sua idade, 82 anos, o seu futuro é o da Pátria e que após sua longa vivência política está convencido de que o melhor sistema para o Brasil é o parlamentarismo.

Aureliano enfatizou que nesse momento o rompimento da Aliança Democrática é extremamente prejudicial ao País, que enfrenta graves dificuldades. E precisa conter por que seja aprovada a nova Constituição, após o que cada Partido da Aliança — PMDB e PFL — tomará sua posição.

Depois do encontro de meia-hora, no fim da tarde de ontem, com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o multipresidente Ulysses Guimarães disse que existe uma convergência nos dois partidos da Aliança Democrática quanto ao mandato presidencial: de que haverá simultaneidade de duração dos mandatos do presidente José Sarney e de seus sucessores.

Aureliano Chaves acrescentou que esta tese é impessoal e não discriminatória e não traz nenhuma novidade pois foi a solução escolhida em 1946 para adequar o mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra ao de seus sucessores. Esta é, segundo Aureliano, a conclusão de todo o PFL.

Quanto ao futuro sistema de governo, o presidente do PMDB afirmou ter discutido com o ministro das Minas e Energia várias hipóteses, seja o parlamentarismo ou o presidencialismo ou ainda um sistema misto. "Um presidencialismo com alguns temperos parlamentaristas, onde algumas instituições parlamentaristas possam existir junto com o presidencialismo".

Constituintes, no sufoco, têm aumento de Cz\$ 50 mil

Vários constituintes já foram procurar o diretor-geral da Câmara dos Deputados querendo saber do "socorro financeiro" concedido pela Mesa Diretora da Casa, dia 5 (medida seguida pela Mesa Diretora do Senado no dia seguinte), mas Silveira Sabino não sabe nem informar a respeito, "porque o ato da Mesa ainda não chegou" até ele.

Os Cz\$ 50 mil de "ajuda de gabinete", que os parlamentares passaram a receber desde 1º de maio, elevam para cerca de Cz\$ 120 mil o total pago em espécie a cada um, acrescidos das garantias extras em passagem aérea (quatro por mês), franquia de serviço postal e telefônico, auxílio transporte e moradia.

Esta verba, para muitos, chega como um verdadeiro socorro, como lembra o 2º secretário da Mesa da Câmara, deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL). Ele reconhece ser esta uma forma de "minimizar a situação dos parlamentares, que não tiveram aumento salarial no fim da legislatura passada", e informou que 300, dos 487 deputados federais, costumam ter um saldo bancário inferior a Cz\$ 15 mil. "Os parlamentares mantêm a pose mas estão com muitos proble-

mas financeiros", acrescenta.

Mais que isto, nem mesmo as quatro passagens aéreas mensais são suficientes aos parlamentares. "Eu devo Cz\$ 270 mil à Varig, mas há quem já acumule uma dívida de Cz\$ 700 mil com esta empresa", acrescenta ainda Albérico Cordeiro. O motivo deste "descontrole" dos constituintes é que quatro viagens por mês não têm sido suficientes para suas atividades, e eles vão adiantando as cotas dos próximos meses. Como a proposta das Mesas das duas Casas só garante o Cz\$ 50 mil extras até a promulgação da Constituição, é de se supor que deputados e senadores

endividados passem desde já a cobrir seus gastos.

Para poder pagá-los, porém, o diretor-geral da Câmara tem que receber da Mesa Diretora o ato que concede a ajuda de gabinete. Silveira Sabino diz que não recebeu; o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins da Silveira, afirma que Sabino é a pessoa capaz de responder a respeito desta medida; no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Mesa, a certeza é que Paulo Afonso está a par do assunto.

O certo mesmo é que a Mesa aprovou a proposta do 1º secretário, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), por 6 votos contra um, o deputado Paulo Mincacone (PMDB-RS), que qualificou a medida de "ilegal e imoral, um arranjo esdrúxulo". Certo também é que os constituintes, mesmo com Cz\$ 50 mil a mais em seu orçamento mensal, continuarão isentos do Imposto de Renda, já que o desconto em folha é feito sobre o salário fixo de cada deputado, Cz\$ 6.330,55. A nova Constituição deve fixar o salário dos parlamentares e há sugestões de que esta Carta acabe com a isenção do Imposto de Renda, medida que, se adotada, atinge também os militares e magistrados.



Albérico Cordeiro